

ESPELHO DA PROVA DISCURSIVA LEGISLAÇÃO ESPECIAL, LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E PRINCÍPIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Caderno 05 – Questões 01 e 02

A **questão n.º 01** formulada na Prova de Legislação Especial da Defensoria Pública buscava avaliar se o candidato detinha conhecimentos das leis específicas da Defensoria Pública e capacidade hermenêutica de interpretá-las de acordo com a Constituição Federal de 1988. Ou seja, o candidato deveria saber o que e para que foi criada a instituição da Defensoria Pública e seu papel para consolidar os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, quais sejam a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Deveria necessariamente ser citado o principal papel da Instituição, qual seja de garantir acesso à justiça, não apenas judicial, mas também extrajudicial, contribuindo para a consolidação da cidadania dos mais carentes.

O candidato também deveria citar os princípios e garantias constitucionais pertinentes ao tema, nos termos exigidos no enunciado, quais sejam o artigo 5º inciso LXXIV e artigo 134 com seus princípios.

Também foi observada a organização lógica, clareza e coesão do candidato ao responder a questão.

A questão relativa à Legislação Específica e Princípios Institucionais da Defensoria Pública (**questão 2 do caderno 5**) apresentava uma “situação-problema”, pedindo ao candidato para analisá-la à luz da legislação pertinente, apresentando o procedimento a ser tomado e o princípio constitucional aplicável ao caso.

Trata-se de questão relativa ao princípio constitucional da autonomia funcional da Defensoria Pública, *in casu*, desconsiderado pelo hipotético juiz criminal. Objetivamos aferir a compreensão do candidato em relação aos princípios fundamentais da Defensoria Pública, bem como sua capacidade de aplicá-los num caso concreto, aliás, bem frequente no dia-a-dia da Instituição.

A resposta do candidato foi considerada correta, recebendo a pontuação cabível (no total, 5 pontos), na medida em que contemplava os seguintes aspectos:

- Identificação do princípio aplicável ao caso (autonomia/independência funcional), com sua correta definição (avaliado em até 1,5 pts).
- Indicação das atribuições da Defensoria Pública relativas à hipótese: a) assistência ao hipossuficiente econômico, e b) apuração do estado de carência do assistido ou, de outro modo, comprovação, pelo assistido, de sua hipossuficiência (avaliado em até 1,0 pts).
- Indicação do procedimento a ser adotado pelo Defensor Público, a saber, recusar-se à apresentação de defesa preliminar, podendo, ainda, ajuizar correição parcial em face do magistrado (avaliado em até 1,5 pts).
- Referência, ainda que sucinta, a dispositivos legais que tratam da matéria (0,5 pts).
- Crítica a expressão “sob pena”, utilizada pelo magistrado, indicando sua impertinência (0,25 pts), bem como descrição de qual seria a conduta correta do juiz na hipótese: nomear um advogado dativo para que o acusado que não é carente tenha resguardado seu direito à defesa técnica (0,25 pts).

A apreciação da resposta do candidato abalizou-se pelos seguintes critérios:

- O candidato que contemplou os aspectos acima indicados, mesmo que adotando um posicionamento divergente, teve sua resposta considerada integralmente.
- O candidato que adotou posicionamento divergente, sem ao menos mencionar o acima indicado, teve a resposta valorada na medida de sua pertinência jurídica.

- A maior extensão da resposta não interferiu em sua avaliação, mas, sim, a objetividade e precisão com que o candidato abordou a matéria.
- Foi respeitada a forma e a ordem como o candidato articulou seu raciocínio. O uso do vernáculo somente foi valorado negativamente quando interferiu na compreensão da resposta.

Para a atribuição da nota final, foi observada a ausência de erro jurídico grosseiro.